



Índice

- 01 [Escritora aborda violência contra a mulher indígena](#)
- 02 [Posseiro acusado de ocupar terra indígena em MT é solto após 2 meses](#)
- 03 [Habilidosos, jovens indígenas se destacam na arquearia profissional](#)
- 04 [Crianças indígenas da rede municipal de ensino participam de atividades recreativas](#)
- 05 [Funai mantém proibição de acesso a terra indígena isolada em MT](#)
- 06 [Indígenas fazem coordenador de saúde de refém e exigem presença de Secretário Nacional](#)
- 07 [Ibama apreende máquinas, caminhões e cerca de 1.200 m³ de madeira em área indígena em MT](#)
- 08 [Sítio arqueológico em cemitério indígena vira pista de motocross](#)
- 09 [Veja a esperança que as pessoas depositam em Aécio para encontrar uma solução para a Questão Indígena em Buerarema \(Bahia\)](#)
- 10 [Marina concorda em envolver outros órgãos do Governo nas demarcações indígenas](#)
- 11 [Depois de serem despejados e resistir, indígenas são atacados por fazendeiros em MS](#)
- 12 [Buerarema é foco de revolta contra o PT](#)
- 13 [Suspensa licença de usina em terra indígena de MS](#)



- 14** [As resistências dos Quilombos no Brasil](#)
- 15** [Agricultores ameaçados pela Funai depositam esperança em Aécio Neves](#)
- 16** [STF pode rever decisão sobre ocupação imemorial](#)
- 17** [Índios temem exploração de petróleo no Vale do Javari](#)
- 18** [Presidente da FPA comenta acordo entre Aécio e Marina na Questão Indígena](#)
- 19** [Xukuru-Kariri: em busca da Terra Prometida e do Bem Viver ameríndio](#)
- 20** [Lote está fora de reserva indígena, diz Petrobras](#)
- 21** [Mutirão de documentação vai beneficiar agricultoras familiares, ribeirinhas e indígenas de Careiro \(AM\)](#)
- 22** [Funai inicia mapeamento brasileiro de indígenas encarcerados em RR](#)
- 23** [Pós-graduação deve acolher conhecimentos indígenas](#)
- 24** [Uma jornada pela Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena em Pernambuco](#)
- 25** [Oficinas para comunidades quilombolas do Imbé](#)
- 26** [Aquecimento local e o Velho Chico](#)
- 27** [Religião e Povos Indígenas](#)
- 28** [Em audiência pública, Sociedade Civil disse NÃO! ao mega-empreendimento imobiliário em Zacarias e na restinga de Maricá](#)
- 29** [Grupo de índios deve desembarcar em Brasília para pressionar STF contra marco temporal de 1988](#)
- 30** [UFRPE – Povos de Pernambuco Celebram o Ano Internacional da Agricultura](#)



Boletim de Notícias - Edição nº 182/ 2014

Brasília, 10 de outubro de 2014.

Familiar, Camponesa e Indígena



Escritora aborda violência contra a mulher indígena

SÍTIO A FOLHA DE SÃO PAULO, 11.10.2014

FRANCISCO QUINTEIRO PIRES

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, DE NOVA YORK

Louise Erdrich costuma explicar a sua ficção como "um entendimento emocional" das experiências da sua tribo. Descendente dos índios ojibwe, do Estado de Dakota do Norte, Erdrich considera trágica a relação entre o governo dos Estados Unidos e as reservas indígenas dentro do território americano.

Leis que preveem a soberania tribal foram incapazes de impedir abusos. "No início, os EUA fizeram acordos firmes em que os índios detiveram bastante poder. Depois, quando as guerras e doenças eclodiram, e a necessidade de apropriação de terras se fez urgente, as decisões legais mostraram-se desfavoráveis aos nativos", diz Erdrich, 60, à Folha.

Em "A Casa Redonda" (Alfaguara), seu último romance, ela aborda um dos problemas mais graves das reservas indígenas: a violência sexual contra as mulheres. No livro, vencedor do National Book Award de melhor ficção em 2012, Joe, um ojibwe, narra em primeira pessoa sua busca infrutífera por justiça.

Em 1988, aos 13, Joe quase perdeu a mãe, Geraldine, vítima de um estupro. Traumatizada, Geraldine não revelou detalhes da agressão ocorrida perto da casa redonda, local de cerimônias sagradas.

Com o tempo, o filho percebeu que o suspeito, um branco, permaneceria impune. Antone Coutts, o juiz da tribo ojibwe e pai de Joe, não tem autoridade para iniciar o julgamento de um crime cometido por um não índio ou fora do território tribal.

TRILOGIA

Erdrich tratou o National Book Award como uma oportunidade de expor melhor "uma grande injustiça em curso". Considerado o segundo volume de uma trilogia, "A Casa Redonda" é a continuação de "The Plague of Doves" (2008), um romance sobre o linchamento de quatro índios acusados de matar uma família branca. Admirador de Erdrich desde os anos 1980, o escritor Philip Roth definiu "The Plague of Doves", finalista do prêmio Pulitzer, como "uma obra-prima assombrosa".

Em setembro, Erdrich tornou-se a primeira mulher a ganhar o prêmio PEN/Saul Bellow, dado aos melhores ficcionistas vivos dos EUA. Philip Roth, Don DeLillo e Cormac McCarthy já receberam essa distinção.

De acordo com os três jurados, a história de um indivíduo na obra de Erdrich pode representar
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 182/ 2014

Brasília, 10 de outubro de 2014.

"a ferida de uma injustiça nacional" que "é passada entre gerações, expressando-se em deformações pessoais".

'CARÁTER ONÍVORO'

Erdrich consultou especialistas em legislação enquanto redigia "A Casa Redonda". Antes de finalizar o livro em 2012, ela acompanhou o debate sobre novas emendas à Lei da Violência Contra as Mulheres para autorizar o julgamento de não índios autores de crimes sexuais em reservas indígenas. Uma em cada três índias é estuprada no curso de sua vida, segundo o governo americano.

"Houve muita emoção [com a aprovação das emendas em 2013], pois parte da jurisdição criminal foi devolvida aos nativos", diz.

Erdrich afirma ter mais esperança desde a eleição de Barack Obama. "Ele iniciou um processo de reparação fundamental que inclui a defesa da manutenção de línguas indígenas no sistema de ensino." Em junho passado, quando se reuniu com os sioux de Dakota do Norte, Obama tornou-se o quarto presidente dos EUA a visitar uma tribo.

Erdrich vive em Minnesota, onde é dona de uma livraria e uma editora independentes. Além de livros, comercializa artesanato e remédios indígenas. Ela não fala o ojibwe com fluência. "Sou uma aluna capenga."

Ao mesmo tempo que trata o inglês como o idioma do colonizador, inclinado a destruir outras culturas, admira o "caráter onívoro" da língua em que escreve. Segundo a autora, a vitalidade linguística vem da crueldade do processo de colonização. "Eu costumo ser ambígua com o inglês, a minha língua materna."

Embora não antecipe o enredo da próxima obra, ela revelou seu desassossego atual, capaz de figurar como tema de sua ficção. "Uma das maiores ameaças à sobrevivência dos índios é a exploração de combustíveis fósseis nas terras tribais", diz. "Ninguém deu a atenção devida a esse fenômeno tão contemporâneo e esmagador."

A CASA REDONDA

(THE ROUND HOUSE)

AUTOR Louise Erdrich

EDITORA Alfaguara

TRADUÇÃO Daniel Estill

QUANTO R\$ 36,90 (408 págs.)

CompartilheCompartilhe no Twitter

Posseiro acusado de ocupar terra indígena em MT é solto após 2 meses

SÍTIO O REPÓRTER DO ARAGUAIA, 11.10.2014



O advogado Luiz Alfredo Ferezin, que defende os produtores rurais expulsos da terra indígena Marãiwatsédé (nordeste de Mato Grosso), anunciou nesta quinta-feira a soltura do líder dos produtores, Sebastião Prado, que passou dois meses preso após uma operação contra uma suposta tentativa de retomada da reserva xavante.

De acordo com Ferezin, o juiz do caso acatou o pedido de relaxamento da prisão e condicionou a expedição do alvará de soltura ao pagamento de uma fiança no valor de R\$ 30 mil.

Após uma arrecadação feita entre amigos e apoiadores de Sebastião, contou Ferezin, o montante foi reunido e usado para pagar a fiança. Sebastião foi solto na última quarta-feira após dois meses.

Prado foi preso no dia 7 de agosto, quando a Polícia Federal (PF) cumpriu mandados de prisão contra um grupo de pessoas suspeito de tentar retomar os 165 mil hectares da terra indígena de Marãiwatsédé.

Dentre as ações atribuídas ao grupo está o auxílio à prática de crimes como lesão corporal, furtos, incêndios e atos de corrupção com objetivo de reocupar as terras das quais foram expulsos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 182/ 2014

Brasília, 10 de outubro de 2014.

Entre o grupo estariam pessoas que foram expulsas da área entre 2012 e 2013, quando a PF executou – em conjunto com o Exército, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) e a Força Nacional de Segurança – a decisão judicial de desintrusão da área, a qual acabou sendo entregue para a Fundação Nacional do Índio (Funai) após um longo processo judicial sobre a ocupação original das terras.

Do G1 MT
Renê Dióz

Habilidosos, jovens indígenas se destacam na arquearia profissional

SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 11.10.2014

A preparadora física e caça talentos que descobriu os jovens, Márcia Lot, explica que os jovens índios do projeto são tímidos, pois deixaram suas aldeias natal há um ano e não estão acostumada com multidões

Agência Brasil

Do arco e flecha de madeira convencional da floresta ao equipamento profissional de tiro com arco. Apostando na habilidade de jovens índios com os instrumentos de caça, a organização não governamental Fundação Amazonas Sustentável (FAS) criou o projeto Arquearia Indígena, com o sonho de levar jovens às Olimpíadas. Neste final de semana, seis indígenas participam de campeonato nacional em Maricá, no Rio de Janeiro, com bons resultados para comemorar.



Jovens indígenas do Amazonas participam do 7º Campeonato Brasileiro Infantil, Cadete, Juvenil de Tiro com Arco 2014, o projeto busca vagas para Olimpíadas

Um das estrelas é Inha, de 14 anos. Ele tem ocupado as primeiras colocações no ranking nacional infantil e é uma das promessas. Da etnia Kambeba, do baixo Rio Negro, o menino, cujo nome significa Coração, é tímido. Saiu da aldeia, na desembocadura do Rio Cuieiras, direto para um centro de treinamento em Manaus, onde se prepara fisicamente com musculação, recebe atendimento médico e nutricional, frequenta a escola e dá até 300 tiros por dia.

A preparadora física e caça talentos que descobriu os jovens, Márcia Lot, explica que os jovens
CONT.



Índios do projeto são tímidos, pois deixaram suas aldeias natal há um ano e não estão acostumada com multidões. Márcia percorreu aldeias que sequer falavam português atrás de arqueiros entre 14 e 19 anos. Uma menina também foi selecionada.

“É um projeto de mudança, de inclusão social, de resgate de auto-estima, que visa salvar o jovem”, disse. “Todos eles são arqueiros desde os 3 anos de idade. Eles caçam bichos, como cotias e pescam com o arco”, contou. Ela selecionou a equipe entre 320 jovens arqueiros da região. “Força, resistência, foco e mira eles têm”, avalia, otimista, a preparadora.

Outra aposta é Yagoara, também da etnia Kambepa. Márcia Lot conta que desde a aldeia, Dream, como é chamado pelo grupo, se destaca. Lá, além de arqueiro, era um grande caçador. “Saímos uma vez juntos para floresta para caçar um porco do mato. Ele passava a mão no

CONT.

chão e reconhecia o cheiro, indicando o rastro. Esperamos cinco horas. Eu desisti. Ele, não. Três horas depois, Yagoara voltou com o porco e garantiu alimentação da aldeia por três dias”, relembra.

A persistências dos jovens, a resistência e a capacidade de concentração são as características que impressionam o técnico da equipe, Roberval Santos, da Federação Amazonense de Tiro com Arco, ele explica que ainda é muito cedo para pensar nas Olimpíadas de 2016, mas que com treinamento os jovens, talvez, tenham chance em 2020. “As pessoas podem achar que [ser índio] é uma vantagem. Mas é bem diferente, porque o arco nativo não exige um compromisso, é lúdico. O arco de competição é treinamento de longo prazo, físico e psicológico”, explicou. Em média, os jovens atletas treinam por uma hora e trinta minutos em escolinhas.

Leia mais notícias em Brasil

Atento aos atletas do Rio Negro, está Marcos Vinícius D'almeida, de 16 anos, considerado um fenômeno na arquearia. Ele conquistou recentemente a prata nos Jogos Olímpicos da Juventude Nanquim 2014 e é aposta do Brasil nas competições internacionais. Para ele, os jovens indígenas têm a mesma chance que os que se dedicam ao esporte. “Não sei até que ponto isso é vantagem ou não. Mas quanto mais gente praticando, melhor”, disse.

O projeto da fundação Amazônia busca valorizar também a diversidade cultural e resgatar a auto-estima dos índios. “Nossa ideia é usar o esporte como ferramenta de educação. Dar instrumentos para que busquem seus objetivos, seja quais forem, e até voltar para aldeia”, acrescentou Márcia.

Crianças indígenas da rede municipal de ensino participam de atividades recreativas
SÍTIO POR ONDE ANDA?, 11.10.2014



Mais de 50 crianças indígenas, alunas da rede municipal de ensino, participaram do 'Brincadeiras de Curumins e Cunhantãs', nesta sexta-feira, 10, às margens do Lago do Tarumã Açu, na Comunidade Inhãa-Bé. Participaram do evento em homenagem ao Dia das Crianças, as comunidades INhãa-Bé, Rouxinol, Watchimaucu, Sahu-Apé, Apurinã, Gavião e alunos das escolas municipais Santo André e Paulo César da Silva Nonato.

Antes das brincadeiras começarem, o grupo musical Kuiá deu as boas-vindas aos participantes com canções e o hino nacional na língua Tikuna. Logo depois, iniciaram as atividades. Divididas por comunidades, as equipes competiram nas modalidades de futebol, natação no rio, canoagem, corrida de saco e corrida com colher e limão.

Tiago Almeida, de 9 anos, da etnia Tikuna, lembrou que participou da brincadeira no Dia das Crianças do ano passado. Mesmo morando na zona urbana, ele afirma que prefere se divertir na comunidade junto a seus amigos índios. "Aqui nós brincamos de tudo. Eu prefiro vir para cá. Na capital, tem muita coisa, mas aqui é melhor porque tem rio que dá para nadar, brincar".

Isaias Cruz, 11, que mora na comunidade Inhãa-Bé, adora futebol e é fã de Ronaldinho Gaúcho. "Nós sempre jogamos futebol aqui na comunidade. É muito legal a diversão com meus colegas", comenta.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 182/ 2014

Brasília, 10 de outubro de 2014.

A gerente de Educação Escolar Indígena da Secretaria Municipal de Educação (Semed), Meire Lane Araújo, explicou que o evento foi uma iniciativa da própria comunidade e tem dois objetivos específicos: comemorar o Dia das Crianças e fazer a interação entre os povos indígenas da região do Tarumã-Açu.

“Ao mesmo tempo em que reúne as comunidades indígenas do Tarumã-Açu, ele também vai agregar outras etnias da área urbana e ribeirinha. É uma homenagem às crianças e ao fortalecimento da cultura indígena”, explica.

Visita

A comunidade indígena Apurinã, que fica no bairro do Mauazinho, na zona urbana de Manaus, participou da atividade. A professora Jéssica Batista trouxe os alunos do Centro Cultural Apurinã para conhecerem como é viver em uma aldeia, já que eles são índios que vivem no meio da cidade. “Em uma comunidade urbana a gente não tem essa experiência que os povos que vivem em aldeia têm. Estamos aqui em busca do resgate de nossa cultura, de nossa fala. Por isso, essa festa é tão importante”.

TEXTO: Thiago Botelho

FOTOS: Lton Santos

Assessoria de Comunicação da Secretaria Municipal de Educação (Semed): 92 3632-2054 / 8842-1188



Funai mantém proibição de acesso a terra indígena isolada em MT

SÍTIO JUÍNA NEWS, 11.10.2014

A portaria da Funai (Fundação Nacional do Índio) que proíbe a entrada de não índios na terra indígena Piripkura, que fica entre Colniza e Rondolândia, cidades a 1.065 km e 1.600 km de Cuiabá, respectivamente, foi prorrogada por mais dois anos. Na área de 242 hectares vivem isolados os indígenas Tyku e Mondé-i, supostamente os dois últimos membros da etnia. Eles se comunicam por meio da língua tupi-kawahib, subgrupo do idioma tupi, e sobrevivem da caça, pesca, coleta e fabricação de utensílios.

A restrição ao acesso à terra é para proteger os dois indígenas do contato com pessoas, evitando, assim, a exposição a doenças. A portaria, divulgada no Diário Oficial da União (DOU), tem sido prorrogada desde que foi publicada pela primeira vez, em 2008. A determinação é que apenas pessoas autorizadas pela Funai, por meio da Coordenação-Geral de Índios isolados e Recém-Contactados possam permanecer na terra indígena.

Os primeiros contatos da Funai com os piripkuras foram feitos em 1985, após denúncias da Prelazia de Ji-Paraná (RO), a partir de um trabalho da Opan (Operação Amazônia Nativa), de que os índios estavam sofrendo violência e sendo explorados em fazendas e madeiras. Na época, um grupo da Funai chegou a iniciar o processo de identificação e delimitação da terra indígena, mas as ações não chegaram a ser concluídas.

"Parte do grupo indígena desapareceu depois disso. E, quando os índios foram recontactados, em 2007, foram encontrados somente esses dois", disse Elias dos Santos Bigio, que atua na Frente de Proteção Etnoambiental Madeirinha Jurueña, da Funai em Mato Grosso. "Um deles estava bastante doente, com pedra na vesícula, e um processo inflamatório muito grave. E depois também pegou malária", disse Bigio.

O processo de demarcação da terra indígena tramita na Justiça Federal, após ação civil pública do Ministério Público Federal. Além de Tyku e Mondé-i, também haveria o registro de uma índia da mesma etnia que atualmente viveria em Rondônia.

A Funai reconhece o risco de extinção dos piripkuras, mas diz que ainda não é possível ter certeza se esses são os últimos representantes da etnia. "Esses dois índios afirmam que há mais membros na floresta. E, se esses dois conseguem viver escondidos até hoje, achamos possível que outros índios possam ter conseguido também", disse Bigio. "E eles querem continuar isolados", acrescentou.

Em Mato Grosso, segundo a Funai, há nove referências de etnias isoladas, sendo que algumas delas podem estar dentro de terras indígenas – demarcadas ou não. Porém, só há medidas de restrição a acesso a Piripkura e outras duas: as TIs Kawahiva Rio Pardo, em Colniza, e Apiaká do Pontal e Isolados, em Apiacás.

Fonte: G1 MT



Indígenas fazem coordenador de saúde de refém e exigem presença de Secretário Nacional

SÍTIO METRO FM /JUÍNA, 11.10.2014

O clima entre os indígenas está tenso em São Félix do Araguaia, na manhã de ontem (09-10) lideranças da comunidade indígena Karajás da Ilha do Bananal levaram o coordenador do Distrito Especial de Saúde Indígena do Araguaia (DESAI), Milton Martins de Sousa refém para aldeia Santa Isabel e exigem a presença do Secretário Antônio Alves de Souza, da Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde (SESAI).

Os indígenas cobram principalmente o descaso com a saúde dos povos indígenas da região, eles dizem que falta atendimento e assistência de saúde nas aldeias. Eles levaram o coordenador após o SESAI não ter atendido as reivindicações dos índios.

“Estão brincando com a saúde do povo indígena, fingindo cuidar dos mesmos. Em que realmente a secretaria de saúde indígena. Queremos respeito, queremos que o recurso público investido na saúde indígena seja realmente de fato concretizado. Estamos cansados de enganação, de utopia, queremos ação, trabalho e acima de tudo respeito com nosso povo indígena de todo o país”, finalizou Samuel Karajá, uma das lideranças presente no DESEI de São Félix na manhã de ontem, de onde levaram o coordenador.

Eles disseram que vão tratar bem o coordenador, porém só será solto após a presença do secretário Antônio Alves, e houver compromisso de atendimentos para as reivindicações dos povos indígenas Karajá.

Estiveram presentes as lideranças das aldeias Fontoura e Santa Isabel: Cacique Habuydia, Clhy Mairu, Waixa Karajá, Teowore Karajá, Cacique Sansão Karajá e Ximké Karajá, os índios gravaram um vídeo e postaram no You Tube do momento em que levaram o coordenador do órgão em São Félix do Araguaia.

Ibama apreende máquinas, caminhões e cerca de 1.200 m³ de madeira em área indígena em MT

SÍTIO BARRA 1, 11.10.2014



Aproximadamente 1.200m³ de madeira, caminhões, caminhonetes e máquinas foram apreendidos pelo Ibama e Polícia Ambiental, na Aldeia Apiaká-Kayabis, em Juara. A ação deflagrada ontem (10), faz parte da operação Onda Verde.

A maior parte da madeira é das espécies cedrinho, angelim e cambará, que possuem alto valor venal.

Ainda está sendo apurado se os indígenas estariam envolvidos na extração ilegal de madeira. As primeiras informações dão conta que os responsáveis pela extração e proprietários das máquinas seriam do município de Juara.

Todo o material apreendido foi encaminhado para o pátio do Ibama em Juína. Mais de 20 agentes participaram da operação

NortãoNoticias



Sítio arqueológico em cemitério indígena vira pista de motocross

SÍTIO TERCEIRA VIA, 11.10.2014

A área, onde povos indígenas habitaram por séculos, é usada como pasto

Um cemitério indígena com restos de urnas funerárias de cerâmica e marcas de ocupação por grupos indígenas pré-coloniais virou pista de motocross, em Olímpia', no estado de São Paulo. Quando não está ocupada pelas motocicletas, a área é usada como pasto pelo gado. Nesse território, povos indígenas viveram entre mil e dois mil anos atrás.

A situação de abandono do sítio arqueológico, conhecido como Cemitério Maranata, foi objeto de atenção do Ministério Público Federal (MPF) em São José do Rio Preto. A procuradora federal Anna Flávia Cavalcanti Ugatti recomendou ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) a delimitação e o fechamento do local com cercas.

Em conjunto com a prefeitura, o órgão deverá sinalizar a área com placas impedindo a entrada de pessoas não autorizadas. O MPF pode entrar com ação civil pública visando a reparação dos danos já sofridos pelo patrimônio. A prefeitura deve ainda providenciar vigilância. Também foi recomendada a elaboração de projeto para o resgate das peças ainda existentes no sítio.

O Iphan não tinha sido notificado até a tarde desta sexta-feira, 10. A prefeitura informou que se manifestará no prazo de dez dias estipulado pelo MPF.

fonte: Estadão Conteúdo



Veja a esperança que as pessoas depositam em Aécio para encontrar uma solução para a Questão Indígena em Buerarema (Bahia)

SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 12.10.2014

Matéria de Franco Adailton, enviado especial do jornal A Tarde a Buerarema, no sul da Bahia, mostra a rejeição ao PT causada pelos conflitos entre índios e agricultores decorrentes das demarcações da Funai. Em Buerarema estão a maioria dos agricultores expulsos da terra pela milícia de índios que atua na região. O município foi o único da Bahia em que o PT foi derrotado no primeiro turno.

O texto mostra a família de Dona Filomena Santana, 65. Além ter perdido um filho assassinado pela milícia indígena, Dona Filomena abriga em sua casa outras duas pessoas expulsas da terra pelos índios. Na casa de três quartos, moram atualmente, nove pessoas, que sobrevivem com a renda da aposentadoria e da pensão da idosa.

"Mataram meu filho por que ele recusou a se declarar índio e disse que não era ladrão para roubar a terra dos outros. Até hoje o crime não teve solução. Por isso votei em Aécio. Não dá para saber se ele vai resolver, mas a gente tem esperança", vislumbra.

O drama de Dona Filomena tem a simpatia dos cidadãos de Buerarema, como do aposentado José Fernandes, 69 anos, que diz "nunca ter votado no PT". "Votei em Aécio. Nunca vi o PT fazer nada diante dos conflitos. As pessoas perdem suas terras e saem como vagabundos", brada o aposentado.

Comerciante, o vice-presidente da Associação dos Pequenos Produtores de Ilhéus, Una e Buerarema, Alfredo Falcão, calcula que, pelo menos, 120 das 600 propriedades rurais nos três municípios estejam ocupadas por indígenas na região. "A cidade está gritando por socorro, mas o governo federal não está ouvindo", afirma o comerciante.

"Os comerciantes daqui acreditam que o governo do Estado, por ser do PT, mesmo partido da presidente, deveria ter se empenhado mais nos esforços para intermediar as reintegrações de posse e resolver as demarcações indígenas", diz o prefeito em exercício, Guima Barreto (PDT). "Fui bem claro com Marcelo Nilo (liderança do PDT baiano, presidente da Assembleia Legislativa): se a gente apoiar o governo do estado e federal, a gente vai se queimar com os eleitores daqui", conta. Ele diz que só entrou na campanha Dilma na reta final, a pedido de Nilo.

Presidente do diretório do PT no município, a professora Marta Marques, diretora da Escola Estadual Lomanto Junior, culpa o ex presidente Fernando Henrique pelo caos na cidade e a ignorância do povo que repudia Dilma. "A política de demarcação foi instituída pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. A raiva é tanta que criou-se um repúdio ao PT, que eles acreditam que Dilma e Wagner são os culpados de tudo", conta.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 182/ 2014

Brasília, 10 de outubro de 2014.

Veja a íntegra da matéria no Jornal A Tarde: Muitos se declaram índios somente para receber terras - <http://www.questaoindigena.org/2014/10/agricultores-ameacados-pela-funai.html#sthash.QubFN4mN.dpuf>

Cidades envolvidas em conflitos criados pela Funai votam maciçamente em Aécio Neves. Alto Boa Vista, no Mato Grosso, onde ficava a antiga Fazenda Suiá-Missu, destruída pela Funai, foi o município que deu a maior votação do país ao PSDB. Assim como Buerarema, envolvida na demarcação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença, foi a única cidade da Bahia onde o PT perdeu. Veja lá no Questão Indígena o comportamento de outras cidades e regiões onde a Funai pretende demarcar Terras Indígenas:

<http://www.questaoindigena.org/2014/10/questao-indigena-derruba-dilma-e-marina.html>

Fonte: Blog Questão Indígena



Marina concorda em envolver outros órgãos do Governo nas demarcações indígenas
SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 12.10.2014

A candidata derrotada no primeiro turnos das eleições, Marina Silva, aceitou neste domingo as propostas de Aécio Neves sobre demarcação de terras indígenas e decidiu apoiá-lo na disputa presidencial contra a presidente Dilma Rousseff.

Na tarde de ontem, Aécio reafirmou seu compromisso com o envolvimento de outros organismos do Governo, além da Funai, nos processos de demarcação e com a indenização de produtores rurais cujas propriedades sejam declaradas indígenas pelo Governo. Em troca, Aécio concordou com a exigência de Marina de manter a demarcação no âmbito do poder Executivo.

O acordo entre Aécio e Marina imporá alterações no texto atual da PEC 215, que tenta trazer para o Congresso o dever Constitucional de demarcar as terras indígenas. Por outro lado, o acordo também imporá alteração do Decreto 1.775, que regulamente o processo de demarcação, para incluir outros órgãos, além da Funai, no processo.

O acordo envolve também mudanças na própria Constituição Federal, para permitir a indenização dos agricultores cujas áreas sejam demarcadas. Hoje isso é ilegal por força do Artigo 231 da Constituição.

A candidata anunciou sem apoio a Aécio com base no acordo firmado entre eles em vários meios inclusive no Twitter.

Depois de serem despejados e resistir, indígenas são atacados por fazendeiros em MS
SÍTIO MIDIAMAX, 12.10.2014



Indígenas guaranis-kaiowás da Comunidade Tekoha Kurusu Amba, situada em Coronel Sapucaia, a 380 quilômetros da Capital, tiveram os barracos incendiados por fazendeiros neste domingo (12). Ordem da Justiça na segunda-feira (6) dá 20 dias para os indígenas se retirarem do local. Eles resistiram e de lá para cá eles sofreram ataques de fazendeiros da região.

Eliseu Lopes, liderança dos indígenas, garante que dois ataques já haviam acontecido antes: um tiro para o alto e um ataque aos barracos. "Não vamos sair, a terra é nossa por direito", frisa. Os indígenas prometem permanecer. Após o terceiro ataque, 40 lideranças indígenas viajaram neste domingo para Brasília para tentar expor a situação à Presidência.

O caso

Depois da ordem da Justiça na segunda-feira (6), a Comunidade Tekoha Kurusu Amba anunciou na quarta-feira (8), na página oficial do Conselho Aty Guasu, no Facebook, que os indígenas não vão abandonar a área, retomada há 10 anos. De acordo com a carta divulgada pelo grupo, a decisão foi acordada entre indígenas de 250 comunidades.

"Nós decidimos recuperar um pedaço de nossa terra antiga e aqui estamos sobrevivendo e resistindo há 10 anos, e todos nós vamos resistir até a morte, decidimos morrer todos juntos e não iremos sair despejados de nossa terra antiga. Essa é a nossa decisão", garantem.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 182/ 2014

Brasília, 10 de outubro de 2014.

Segundo o coordenador regional do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), Flávio Vicente Machado, cerca de 20 mil indígenas vivem nas regiões de fronteira. Ele explica que para esses povos, as condições são mais precárias se comparadas a outras comunidades.

"Nos últimos 4 anos houve um agravamento humanitário entre esses indígenas. Eles vivem na beira das rodovias, são expostos a situação de miséria e violência. Existe uma série de situações que os obrigam a tomar essa decisão", justificou.

Machado denuncia ainda que os povos tiveram os barracos queimados e foram feridos por funcionários de fazendeiros da região. "É um povo submetido à crise e trauma social. Registramos um assassinato a cada 12 dias e um suicídio a cada 7", destacou.



Buerarema é foco de revolta contra o PT

SÍTIO A TARDE, 12.10.2014

Único dos 417 municípios baianos onde o presidenciável Aécio Neves (PSDB) superou a candidata Dilma Rousseff (PT) no primeiro turno das eleições, Buerarema (454 Km de Salvador) vive há dez anos sob tensa disputa entre produtores rurais e indígenas tupinambás. Os primeiros perderam propriedades rurais, invadidas pelos índios que, por sua vez, reivindicam o direito à terra.

Basta breve conversa com moradores do município para compreender aquilo que qualificam como falta de dedicação do governo federal para solucionar o impasse. Esse foi o estopim para Aécio ter obtido 66,63% dos votos válidos, em Buerarema ante 25,74% de Dilma. Dos 10.720 eleitores, votaram 9.217.

A pendenga sobre regularização da demarcação de terras na região se arrasta no Ministério da Justiça (MJ) sem resolução há anos. Procurado, o Ministério não retornou até o fechamento desta edição.

Fato é que as consequências do embate entre índios e agricultores têm devastado as vidas dos cerca de 19 mil habitantes, que se dizem sem alternativa em meio a casos de assassinatos - cujas investigações não dão em nada -, economia enfraquecida, desemprego, fome, falta de moradia e êxodo.

Ao longo dessa semana, a equipe de reportagem de A TARDE esteve na região cacauzeira onde constatou que o sentimento geral dos habitantes dessa pequena cidade é de que o governo federal pouco ou quase nada fez para minimizar o conflito.

Crimes

Os conflitos se intensificaram no decorrer do último ano, mesmo antes da morte do produtor Juraci de Santana, assassinado em fevereiro deste ano, após emboscada no assentamento rural Ipiranga, no distrito de Vila Brasil, município de Una.

O caso, até hoje não foi solucionado pela Polícia Federal, gerou uma onda de protestos e destruição do comércio local, numa tentativa desesperada dos moradores para chamar a atenção de Brasília sobre esse drama peculiar no território baiano.

Os produtores rurais, com ajuda dos partidos de oposição na cidade, iniciaram uma feroz propaganda pela candidatura tucana, encampada pelo produtor Manoel Messias, 66 anos, que foi escoreçado da propriedade de 26 hectares pelos índios.

O fato ocorreu no ano passado, quando dez homens encapuzados lhe invadiram a propriedade de onde tirava o sustento da família, com a venda de cacau, seringa, banana e mandioca,

CONT.



tempos em que chegava a faturar mais de R\$ 5 mil mensais.

Promessas

"Passei seis meses dormindo na praça, num barraco de lona, pedindo esmolas. Minha netinha perguntava: vovô, o senhor virou mendigo, foi? Mal assino meu nome, só sei trabalhar na terra. Tem dias que penso em me matar", disse, esvaído em choro.

No início do ano, Messias e outros produtores locais foram a Brasília apelar ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, por auxílio emergencial de cestas básicas às famílias desabrigadas e por uma solução quanto às reintegrações de posse.

"Eu chorava que nem (sic) criança. Ele me abraçou, disse que enviaria as cestas e que, em 30 dias, estaríamos de volta a nossas casas. Nunca cumpriu o que prometeu. Por isso, ele e o governo federal não tem mais nossa confiança", afirmou.

Messias diz que, por conta do que chama de descaso do governo, uma comitiva de produtores enviou documento para o comitê de campanha de Aécio Neves para formalizar apoio em troca de uma solução, mas ainda não obtiveram resposta.

Cacique Babau

O personagem central dessa trama envolvendo as terras da região é Rosivaldo Ferreira Silva, o cacique tupinambá Babau, 40 anos, que vive incrustado na mata da Serra do Padeiro, a 17 km da sede de Buerarema, numa área entre Ilhéus e Una.

A cereja do bolo compreende uma área reivindicada ainda em 1927, quando o então Ministério da Guerra decretou posse de 50 léguas em quadro de terra (ou nove milhões de hectares) para os povos tupinambá, pataxó e aricobé no sul da Bahia.

"As terras são nossas desde o descobrimento do Brasil. Nós ainda optamos por não pedir a demarcação completa", diz Babau. Ele nega as acusações dos produtores rurais. "Quanto às retomadas de terra, não ocupamos propriedades habitadas, apenas as que estavam vazias", defende-se.

Babau, assim como os demais tupinambás da região, é persona non grata na cidade de Buerarema. À frente dos indígenas, Babau é tido como partícipe e mandante das mortes ocorridas nas propriedades rurais, mesmo sem comprovação da polícia.

"Buerarema sempre foi um reduto de coronéis, que foi montada estrategicamente no ponto central da região, para impedir o progresso dos povos indígenas", disparou e continuou: "Existe um núcleo financiado na cidade para defender o carlismo".

Votos

Babau diz que apoia os governos do PT. Mas frisa que, apesar disso, todos indígenas brasileiros

CONT.



estão insatisfeitos com a política de demarcação, que "ficou estagnada" durante a gestão de Dilma.

Segundo ele, os tupinambás não votaram nas últimas eleições presidenciais, por que tiveram os títulos cancelados. Em Buerarema houve recadastramento biométrico. Quem não se recadastrou, não pôde votar. Babau interpreta de outra forma: "Por que sabem que temos força política. Para nós, tanto faz Dilma ou Aécio no poder. Ambos terão de cumprir a lei".

Com ajuda de políticos, Babau promoveu uma revolução na aldeia, nos últimos anos, cuja população saiu do analfabetismo e alcançou a internet. A aldeia possui posto de saúde, biblioteca, centro de informática, berçário, creche, escola com 660 alunos e curso superior a distância.

São 217 famílias na aldeia, que tem 95% das casas com água encanada e sobrevive da renda com a produção de abacaxi, cacau, banana, farinha e seringa. A aldeia também foi contemplada com 50 casas do "Minha Casa, Minha Vida".

"No governo Fernando Henrique, andávamos 18 km, a pé, para ir à escola. Essa realidade mudou. As pessoas daqui acham que, para ser índio, tem que andar maltrapilho e com a cuia na mão. Não querem ver o pobre progredir. Por isso, que eles, os produtores, estão com raiva".



Suspensa licença de usina em terra indígena de MS

SÍTIO FGV, 12.10.2014

Para MPF, estudos não levaram em conta os impactos em sítios arqueológicos e terras indígenas da área afetada

A Justiça Federal determinou a suspensão do licenciamento ambiental de três Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) que seriam construídas no Rio Amambai, em Mato Grosso do Sul, fronteira com o Paraguai. De acordo com o Ministério Público Federal, os estudos não levaram em conta os impactos em sítios arqueológicos e terras indígenas existentes na área a ser afetada.

Conforme a decisão divulgada na sexta-feira, os processos só poderão ser retomados após manifestação da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). A construção das barragens para geração de energia está projetada para Foz do Saiju (20 megawatts), Barra do Jaguari (29,7 MW) e a região de Bela Vista, todas no Rio Amambai, tributário da Bacia do Rio Paraná.

Os dois primeiros projetos, da empresa Sigma Energia, vão custar R\$ 200 milhões. O terceiro ainda está em estudo. O MPF detectou falhas no processo de licenciamento, como a falta de estudos sobre as intervenções em sítios arqueológicos. Não foram previstas também medidas compensatórias para os impactos nas terras indígenas Amambai, Guaimbé, Jarara, Jaguari e Rancho Grande. A Sigma Energia não tinha sido notificada até a tarde de sexta-feira.

As resistências dos Quilombos no Brasil
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 14.10.2014



Ultrapassando a ideia de que quilombo se configura meramente como uma área delimitada e habitada por descendentes de escravos, a Associação Brasileira de Antropologia propõe pensar quilombo a partir de práticas de resistência e experiências que constroem uma trajetória comum, sem a necessidade da construção de um espaço propriamente demarcado

Fernando Bueno Oliveira*, especial para o Jornal Opção

CONT.



No Brasil, diversas pesquisas direcionadas aos quilombos brasileiros já foram concluídas e várias outras estão em fase de execução. Mesmo diante de tão volumoso número de produções, o que se percebe, ainda, mesmo na universidade, é que, em alguns casos, persistem referências simplistas sobre quilombos. No imaginário social prossegue a definição de que os quilombos contemporâneos se configuram meramente como um agrupamento de negros formado por descendentes de escravizados fugitivos, em geral, das zonas canaveiras, mineradoras e cafeeiras que no Brasil existiram do século 16 ao início do século 20. Geralmente, Palmares constitui o grande modelo de quilombo. Talvez a prevalência de tais pensamentos esteja atrelada às trajetórias intelectuais, acadêmicas e de vida, além do próprio papel da mídia que trata os quilombos, em grande parte das reportagens televisivas, com um alto teor de exotização.

Frente à atual realidade dos quilombos rurais e urbanos, acreditamos que o conceito construído pela historiadora Beatriz Nascimento, uma das primeiras pesquisadoras negras que se dedicaram ao estudo de quilombos brasileiros, e o definido pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) são os que correspondem ao mais próximo no que diz respeito às constituições, às organizações, às práticas e às trajetórias dos quilombos brasileiros. Nessa lógica, Beatriz Nascimento, ao definir quilombo, contempla as formas de resistência que o negro manteve ou incorporou na luta árdua pela manutenção da sua identidade pessoal e histórica. Trata-se do Quilombo (Kilombo), que representou um marco na sua capacidade de resistência e organização. Todas estas formas de resistência podem ser compreendidas como a história do negro no Brasil.

Ultrapassando a ideia de que quilombo se configura meramente como uma área delimitada e habitada por descendentes de escravos, o documento da ABA propõe pensar quilombo a partir de um cotidiano de vivências, de práticas de resistência e de experiências vividas que constroem uma trajetória comum, sem a necessidade da construção de um espaço propriamente demarcado. Eis a definição expressa pela ABA:

“Quilombo tem novos significados na literatura especializada, também para grupos, indivíduos e organizações. Ainda que tenha conteúdo histórico, vem sendo ressemantizado para designar a situação presente dos segmentos negros em regiões e contextos do Brasil. Quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de população estritamente homogênea. Nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados. Sobretudo consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e na reprodução de modos de vida característicos e na consolidação de território próprio. A identidade desses grupos não se define por tamanho nem número de membros, mas por experiência vivida e versões compartilhadas de sua trajetória comum e da continuidade como grupo. Constituem grupos étnicos conceituados pela antropologia como tipo organizacional que confere pertencimento por normas e meios de afiliação ou exclusão”.

Em Goiás, especificamente em relação ao estudo de quilombos contemporâneos goianos, temos a ciência das riquíssimas produções que vêm sendo realizadas, as quais são portadoras de abastadas informações que têm contribuído significativamente para que outras pesquisas, que vão por esse caminho, desenvolvam-se e colaborem com tal temática.

CONT.



Da importância do estudo científico sobre os quilombos, a historiadora Beatriz Nascimento nos diz que quilombo assume um significado amplo de resistência negra em diversos espaços (não somente físico) não podendo o quilombo ser tratado apenas como fato do passado ou ser reduzido somente no espaço ou no tempo.

Em relação aos quilombos rurais, observa-se que foi principalmente com a Constituição Federal de 1988 que a questão quilombola entrou na agenda das políticas públicas. Fruto da mobilização do movimento negro, o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) diz que: "Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos". Dessa forma, muitos territórios de quilombos estão sendo reconhecidos pelo território brasileiro.

negros - Rugendas

A Emissão da certificação da Fundação Cultural Palmares (PCP) segue os procedimentos definidos na portaria FCP nº 98 de 2007 que incluem a apresentação da ata da assembleia na qual a comunidade aprova o seu reconhecimento como quilombola e relato sintético da trajetória comum ao grupo (história da comunidade); a declaração de autodefinição de que são quilombolas, base territorial, dados da sua origem, número de famílias, jornais, certidões. A área certificada é submetida a um rigoroso laudo antropológico, que dá origem ao Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID). Esse procedimento vale para os quilombos rurais e urbanos.

Entretanto, as titulações ocorrem de maneira muito lenta, principalmente, por conta da burocracia de órgãos estaduais responsáveis pela expedição das titulações e de outros que atendem em nível de federação, tais como o Incra e a Fundação Cultural Palmares. Juntem-se a esse impasse, os impedimentos judiciais movidos pela classe rural (formada por grandes fazendeiros e empresários rurais) que tornam ainda mais difícil para os quilombolas rurais a conquista do título de suas terras.

Os dados da Fundação Cultural Palmares atualizados até maio de 2014 indicam que, naquela data, a instituição acabava de emitir mais 44 certificados de reconhecimento e trazava a perspectiva de que até dezembro desse mesmo ano outras 39 comunidades recebam seus registros, chegando a 2500 certificações. O reconhecimento é um importante passo no processo de conquista de titulação da terra, entretanto, sem o título da terra, propriamente dito, embora se tratando de comunidades oficialmente reconhecidas, essas famílias continuarão a sofrer com a ameaça de perda de suas terras, principalmente quando se situam próximas ou limítrofes a grandes propriedades rurais.

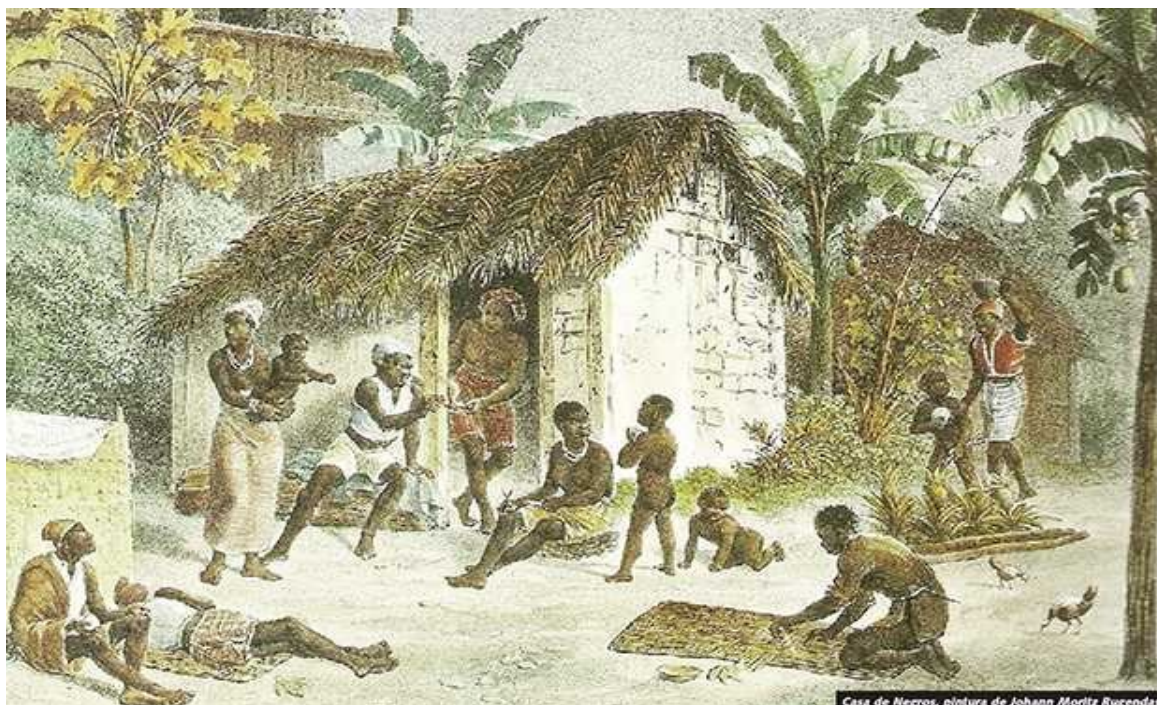
A Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPISP) disponibiliza em seu portal, informações acerca dos processos de reconhecimento de populações quilombolas rurais e os trâmites de titulações de terra. Atualmente, de acordo com essa fonte, apenas 216 comunidades quilombolas contam com o título de propriedade de seu território. Esse número representa 7% da totalidade estimada de 3 mil comunidades no Brasil, indicando que a atuação governamental ainda está muito aquém do necessário para garantir o direito à terra previsto na Constituição Brasileira e

CONT.

na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho. Em 2014, pelo menos até a segunda quinzena do mês de setembro, o INCRA havia acelerado os processos de regularização fundiária de quatro territórios quilombolas.

Quanto aos espaços negros urbanos, em consideração aos seus espaços físicos de moradia, diferentemente dos quilombos rurais, que, por sua vez, buscam junto aos órgãos expedidores a titulação da terra, os quilombos urbanos se inserem no tecido urbano e vivenciam cotidianos de vida e socialização. Nesse caso, inexistente a busca da aquisição de títulos de terra, mas, por outro lado, em se tratando, geralmente, de áreas periféricas, há a necessidade de uma infraestrutura básica (moradia, saneamento, asfalto, escola, centro comunitário, área de lazer, dentre outros elementos) e a escrituração de casas, que não atendem integralmente as necessidades de seus moradores.

Importantes trabalhos contribuem no sentido de se entender as trajetórias de espaços negros em algumas cidades brasileiras, tais como o de Raquel Rolnik, de 2007, que demonstra a constituição de espaços negros urbanos nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro; o de Andreino Campos, de 2012, o qual aborda sobre a transição dos quilombolas às favelas cariocas; e o de Claudelir Correa Clemente & José Carlos Gomes da Silva, de 2014, que elenca práticas culturais urbanas relacionadas com seus territórios sociais nas cidades de São Paulo e Uberlândia.



Nas cidades, verificamos que, não por um acaso, os espaços negros se constituem nas periferias ou em outras áreas específicas, geralmente, associadas à imagem de marginalidade.

CONT.



Ao longo de suas trajetórias, esses espaços foram estigmatizados e removidos das áreas que não eram bem vistos e aceitos. Sobre isso, a arquiteta e urbanista Raquel Rolnik diz que

“para a cidade, território marginal é território perigoso, porque é daí, desse espaço definido por quem lá mora como desorganizado, promíscuo e imoral, que pode nascer uma força disruptora sem limite. Assim se institui uma espécie de apartheid velado que, se, por um lado, confina a comunidade à posição estigmatizada de marginal, por outro, nem reconhece a existência de seu território, espaço-quilombo singular”.

Falar de quilombos não é aceitar ou somente expor termos e significados simplistas. Não é tecer considerações descompromissadas com a realidade desse grupo social. Falar de quilombos é evidenciar, dentre outros sentidos, a trajetória de formação e de resistência de grupos negros, os quais, enquanto comunidades assumem uma postura de afirmação perante uma sociedade ainda fortemente marcada por diferentes práticas discriminatórias, as quais, em grande parte, ocorrem veladamente.

Quanto ao direito às terras dos quilombolas, este foi resguardado na Lei 12.288, de 2010, o Estatuto da Igualdade Racial, assegurando-lhes possibilidades de acesso aos bens econômicos e culturais. É preciso superar em definitivo os preconceitos que aparecem travestidos de inúmeras roupagens e impedem um Brasil mais igual. É chegada à hora da redução das desigualdades e da construção de uma sociedade justa e solidária. A igualdade de oportunidades entre negros e não negros haverá de ser o princípio norteador para o desenvolvimento da nação.

-

Fernando Bueno Oliveira é mestrando em Ciências Sociais e Humanidades.

Agricultores ameaçados pela Funai depositam esperança em Aécio Neves

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 13.10.2014



Matéria de Franco Adailton, enviado especial do jornal A Tarde a Buerarema, no sul da Bahia, mostra a rejeição ao PT causada pelos conflitos entre índios e agricultores decorrentes das demarcações da Funai. Em Buerarema estão a maioria dos agricultores expulsos da terra pela milícia de índios que atua na região. O município foi o único da Bahia em que o PT foi derrotado no primeiro turno.

O texto mostra a família de Dona Filomena Santana, 65. Além ter perdido um filho assassinado pela milícia indígena, Dona Filomena abriga em sua casa outras duas pessoas expulsas da terra pelos índios. Na casa de três quartos, moram atualmente, nove pessoas, que sobrevivem com a renda da aposentadoria e da pensão da idosa.

"Mataram meu filho por que ele recusou a se declarar índio e disse que não era ladrão para roubar a terra dos outros. Até hoje o crime não teve solução. Por isso votei em Aécio. Não dá para saber se ele vai resolver, mas a gente tem esperança", vislumbra.

O drama de Dona Filomena tem a simpatia dos cidadãos de Buerarema, como do aposentado José Fernandes, 69 anos, que diz "nunca ter votado no PT".

"Votei em Aécio. Nunca vi o PT fazer nada diante dos conflitos. As pessoas perdem suas terras e saem como vagabundos", brada o aposentado.

Comerciante, o vice-presidente da Associação dos Pequenos Produtores de Ilhéus, Una e Buerarema, Alfredo Falcão, calcula que, pelo menos, 120 das 600 propriedades rurais nos três municípios estejam ocupadas por indígenas na região. "A cidade está gritando por socorro, mas o governo federal não está ouvindo", afirma o comerciante.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 182/ 2014

Brasília, 10 de outubro de 2014.

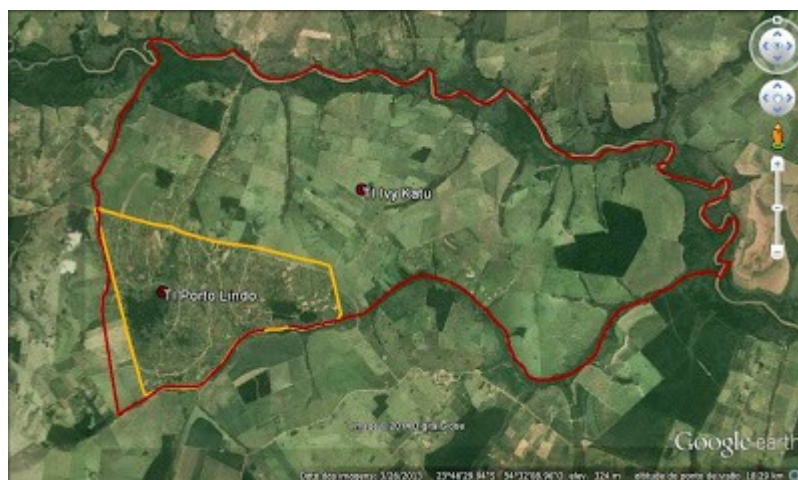
"Os comerciantes daqui acreditam que o governo do Estado, por ser do PT, mesmo partido da presidente, deveria ter se empenhado mais nos esforços para intermediar as reintegrações de posse e resolver as demarcações indígenas", diz o prefeito em exercício, Guima Barreto (PDT). "Fui bem claro com Marcelo Nilo (liderança do PDT baiano, presidente da Assembleia Legislativa): se a gente apoiar o governo do estado e federal, a gente vai se queimar com os eleitores daqui", conta. Ele diz que só entrou na campanha Dilma na reta final, a pedido de Nilo.

Presidente do diretório do PT no município, a professora Marta Marques, diretora da Escola Estadual Lomanto Junior, culpa o ex presidente Fernando Henrique pelo caos na cidade e a ignorância do povo que repudia Dilma. "A política de demarcação foi instituída pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. A raiva é tanta que criou-se um repúdio ao PT, que eles acreditam que Dilma e Wagner são os culpados de tudo", conta.

Veja a íntegra da matéria no Jornal A Tarde: Muitos se declaram índios somente para receber terras.

<http://atarde.uol.com.br/politica/eleicoes/noticias/1630273-muitos-se-declaram-indios-somente-para-receber-terras>

STF pode rever decisão sobre ocupação imemorial
SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 13.10.2014



O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu por unanimidade, negar um recurso em mandado de segurança que pretendia anular a demarcação da Terra Indígena Yvy Katu, em Mato Grosso do Sul, com base no argumento da ocupação imemorial. Há menos de um mês a 2ª turma do STF tomou decisão diametralmente oposta dando provimento a dois recursos em mandado de segurança que resultaram na anulação de duas demarcações, no Mato Grosso do Sul e no Maranhão.

O agravo regimental interposto no Supremo pedia a suspensão do processo administrativo de demarcação da TI Yvy Katu, que tramita desde 1982, e também a nulidade da Portaria 1.289/2005 do Ministério da Justiça, que ampliou a Terra Indígena de Porto Lindo, localizada entre os municípios de Japorã e Iguatemi, para 9.494 hectares.

Interposto por Pedro Fernandes Neto, proprietário da fazenda São Jorge, uma das 14 propriedades expropriadas pela Funai no processo de demarcação, o agravo enunciava que a demarcação da área “não se amolda no conceito de ocupação tradicional” e que “não se pode ampliar reserva indígena já demarcada”, sustentando que tal preceito, estabelecido pelo STF como condicionante nos autos do caso ‘Raposa Serra do Sol’ (Petição 3388/RR), deve servir de “parâmetro para a apreciação das ações que tratem de demarcação de terras indígenas”.

Apesar disso e ao contrário das decisões recentes da 2ª turma, o pleno do STF entendeu que o Mandado de Segurança não é o instrumento adequado para esse tipo de decisão uma vez que não é possível apresentar provas no processo. O argumento é mesmo utilizado pelos advogados do Cimi para contestar a decisão da 2ª turma que anulou a terra indígena Guyraroká (Veja aqui <http://www.questaoindigena.org/2014/10/cimi-protocola-pedido-de-nulidade-de.html>).



Índios temem exploração de petróleo no Vale do Javari

SÍTIO A FOLHA DE SÃO PAULO, 13.10.2014

RUBENS VALENTE
NO VALE DO JAVARI

"Não seria bom Petrobras entrar na área que a gente vive. Tudo que aconteceu, temos medo. Teve até morte, ferida no corpo. Isso pode acontecer de novo. Tumi Cashispi, índio matsé que vive no Vale do Javari

"Nossa guerra é com flecha. Todo dia a gente está conversando aqui nas aldeias. Escreve para eles ver, não queremos petróleo. Não aceitamos isso. Fala para eles que Cashispi falou isso. Que é para não entrar na área, que nós vamos flechar."

Tumi Cashispi, índio matsé que afirmou ter 70 anos de idade, se disse assustado com as notícias passadas por conhecidos de que a Petrobras vai começar a explorar gás e petróleo numa região ao sul da terra indígena que habita com índios de 12 etnias diferentes, o Vale do Javari, um santuário ecológico na fronteira do Brasil com o Peru e uma das áreas mais isoladas e intocadas do país.

Segundo a Funai (Fundação Nacional do Índio), o Javari possui "a maior presença de povos indígenas isolados de que se tem conhecimento".

Os índios fizeram cinco reuniões para discutir a presença da Petrobras na região. A próxima deverá ocorrer em novembro, no Peru.

Cashispi disse que houve doenças e mortes nos anos 80, quando a Petrobras operou na região.

"Não seria bom Petrobras entrar na área que a gente vive. Tudo que aconteceu, temos medo. Teve até morte, ferida no corpo. Isso pode acontecer de novo."

O líder matsé Waki Mayoruna, que desde o ano passado ajuda a organizar reuniões no Javari para discutir o petróleo, atribui às atividades petroleiras do passado a morte de dezenas de índios.

"Eu não posso deixar petróleo sem respeitar a área. Índio não é a criação de problema, não. Petróleo quer criar problema com aldeia. Jogaram bomba, usaram tambor na água do igarapé. Por isso que eu assusto. [Trouxe] doença grave, índio de barrigão, vomitando sangue, tuberculose. Morreu Anacué, Uacá, Rosa, Maria. Morreram tudo assim."

Em setembro de 1984, um grupo de índios da etnia korubo, então isolada, massacrou a golpes de borduna dois funcionários que prestavam serviços a uma empresa contratada pela Petrobras na região do rio Itacoaí. As mortes levaram a Petrobras a paralisar suas atividades na área.

CONT.

ÁREA DE EXPLORAÇÃO

Passados 30 anos, o governo federal quer tirar do papel planos de exploração em um imenso bloco de 19 mil km² que vai do norte do Acre ao sul do Amazonas. Segundo a Funai, os limites dos lotes ficam a poucos metros de sete terras indígenas, dentre as quais a Vale do Javari.

A bacia foi dividida em nove blocos pela ANP (Agência Nacional do Petróleo), que gastou cerca de R\$ 81 milhões com as pesquisas prévias. No leilão, em novembro passado, a Petrobras arrematou o lote mais ao leste da bacia, no Acre. No último dia 26, a petroleira assinou com a ANP o contrato de concessão, que prevê prazo de oito anos para a fase de exploração e 27 anos para a produção.

A PETROBRAS E OS ÍNDIOS

Grupos indígenas da fronteira do Brasil com o Peru ameaçam resistir a projetos de exploração de gás e petróleo



O QUE É A TERRA INDÍGENA VALE DO JAVARI

EXTENSÃO

8,5 milhões de hectares no Estado do Amazonas

POPULAÇÃO INDÍGENA
3.759 índios

ETNIAS

Matsés, matis, marubo, kulina pano, korubo, kanamari, tsohom-dyapa e grupos isolados korubo, kanamari, do Jandiatuba, do Quixito e do São José



O PROJETO

> A Petrobras assinou contrato de concessão para exploração de gás e petróleo em um lote na Amazônia que se estende do Acre ao Amazonas
> Para formatar o leilão, a ANP pagou R\$ 81 milhões a uma empresa de pesquisa que rastreou amostras geoquímicas em 1.017 km



HISTÓRIA

Nos anos 80, a Petrobras tentou iniciar explorações de gás e petróleo na região. Perto do rio Itacoai, índios korubo, então isolados, assassinaram dois servidores a serviço da Petrobras em setembro de 1984



AS AMEAÇAS

> Segundo indígenas e organizações não governamentais, o lote envolve regiões habitadas por índios isolados e fica a poucos quilômetros do Vale do Javari
> Os índios denunciam riscos para a saúde com as explorações para prospecção e retirada de petróleo e gás
> Índios do Peru conversam com índios brasileiros e afirmam que a exploração de gás e petróleo causou mortes no lado peruano da fronteira



O QUE DIZ A PETROBRAS

> A área de futura exploração "não incide" sobre a terra indígena Vale do Javari
> Inicia agora as atividades de planejamento para exploração

Fontes: ANP (Agência Nacional do Petróleo) e CTE

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 182/ 2014

Brasília, 10 de outubro de 2014.

Segundo a Petrobras, como se trata de uma região de fronteira, o processo teve o acompanhamento do GSI (Gabinete de Segurança Institucional) do Palácio do Planalto. A estatal diz que o lote não afeta terras indígenas.

Para índios e indigenistas, porém, é indiferente se os poços serão abertos dentro ou fora da terra indígena.

O coordenador regional da Funai no Vale do Javari em Atalaia do Norte (AM), Bruno Pereira, disse que os índios se ressentem da falta de informações da ANP e da Petrobras. "Eles entendem que isso vai atrair milhares de pessoas e vai ter um impacto. E o que tem acirrado os ânimos é que ninguém é consultado."

Segundo o geógrafo Conrado Rodrigo Octavio, coordenador-adjunto do CTI (Centro de Trabalho Indigenista), organização não governamental que atua no Vale do Javari, "certamente haverá uma grande reconfiguração de toda a região no entorno".

"Em toda essa região do Acre também vivem muitos grupos de índios isolados. Haverá fluxo de barcos enormes, intensa movimentação de operários e de helicópteros", disse Octavio.

Em dezembro, a oficial de projetos da OIT (Organização Internacional do Trabalho) no Brasil, Thaís Fortuna, e representantes da Funai estiveram em reunião com os matsés para falar sobre a aplicação da Convenção 169 da OIT, que prevê a consulta aos índios para empreendimentos que afetem seu território.

Os matsés vivem dos dois lados da fronteira Brasil-Peru. Há cerca de dois anos, os índios matsés do Peru expulsaram das aldeias funcionários da petroleira canadense Pacific Rubiales e do governo peruano que procuravam convencê-los a autorizarem obras na região.



Boletim de Notícias - Edição nº 182/ 2014

Brasília, 10 de outubro de 2014.

Presidente da FPA comenta acordo entre Aécio e Marina na Questão Indígena
SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 13.10.2014



O presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), Luiz Carlos Heinze, comentou hoje em entrevista ao jornalista João Batista Olivi, do Notícias Agrícolas, os termos do acordo entre Aécio Neves e Marina Silva sobre demarcações de Terras Indígenas. Marina e Aécio concordaram em continuar as demarcações, mas desapropriando os imóveis demarcados e envolvendo outros órgãos do governo nos processos (Veja aqui). Heinze apoia o acordo e diz que trabalhará no Congresso pelas alterações legislativas que serão necessárias.

De acordo com Heinze, que foi reeleito como o deputado mais votados no Rio Grande do Sul, a questão indígena continuará sendo uma das prioridades da Frente Parlamentar da Agropecuária no próximo governo. Veja e ouça a entrevista:

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=-nOJxBK05Ng

Xukuru-Kariri: em busca da Terra Prometida e do Bem Viver ameríndio
SÍTIO CIMI, 13.10.2014



Nos dias 09, 10 e 11 de outubro realizamos a VI Assembleia do Povo Xukuru-Kariri na aldeia Fazenda Canto, tendo como tema A Memória garante a Existência do Povo na Luta Pela Terra Prometida e o Bem-Viver.

Três dias antes do início da assembleia fizemos uma preparação espiritual na qual dedicamos nossas orações a padroeira negra de nosso povo, Nossa Senhora Aparecida, em seguida a imagem da Santa foi levada da Aldeia Fazenda Canto para a Aldeia Mata da Cafurna, onde permaneceu até o dia 9. Nesse dia, realizamos uma caminhada carregando uma cruz de jaqueira e a imagem de Nossa Senhora. Esses símbolos católicos revelam o processo histórico pelo qual passou o nosso povo, durante o mesmo se desenvolveu um diálogo interreligioso e intercultural entre a religião Xukuru-Kariri e a religião católica. Na foto, Carlinhos Xukuru-Kariri; ao fundo, no cartaz, a liderança Maninha Xukuru-Kariri.

Partindo de uma reflexão bíblica sobre a história do Povo de Deus em busca da terra prometida e fazendo uma comparação com a luta do povo Xukuru-Kariri pela demarcação do seu território tradicional, podemos perceber como a força de Deus está presente em nossas vidas e nos impulsiona a continuar nessa luta longa e arriscada, pela qual já tombaram muitos guerreiros e guerreiras que hoje fazem parte da memória de nossa história de lutas e conquistas importantes em nossas vidas.

CONT.



Com o objetivo de entender melhor a realidade política e social de nosso país a fim de definirmos as prioridades de nosso povo para as atividades do próximo ano, dedicamos parte da assembleia a um estudo sobre a conjuntura política nacional, considerando sobre tudo os resultados do processo eleitoral do primeiro turno e os cenários possíveis para o segundo turno da eleição presidencial. Como conclusão dessas reflexões entendemos que a atual conjuntura política brasileira é bastante desfavorável às lutas históricas dos povos indígenas, quilombolas, trabalhadores sem terra, camponeses, operários e todos os pobres do país. Identificando os parlamentares eleitos para o congresso nacional na nova legislatura (2015-2018), percebemos um avanço da bancada ruralista composta por latifundiários, empresários rurais e outros que tem como objetivo principal desconstruir os direitos dos povos indígenas, das populações tradicionais e do direito ambiental, dentre outros.

No poder judiciário também nos preocupam as ultimas decisões do Supremo Tribunal Federal que não reconhecem o direito originário dos povos indígenas no julgamento de duas ações que tem como objeto a disputa pela terra indígena do povo Guarani no estado do Mato Grosso do Sul por fazendeiros invasores. Também nas políticas públicas na área de saúde e educação constatamos uma forte tendência por parte dos governos federal e estadual em promover uma terceirização dos serviços, tornando ainda mais precária a assistência que hoje vem sendo feita pela união e os Estados. Um exemplo concreto na saúde é a proposta de criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena (INSI), uma empresa para-estatal que em última instância significa a privatização da saúde indígena. Está proposta já foi rejeitada pelo Conselho Distrital de Saúde Indígena de Alagoas e Sergipe e o povo Xukuru-Kariri.

Apesar dessas dificuldades, nos relatos dos grupos, foram destacadas as vitórias mais recentes como a reforma e ampliação da Escola Estadual Pajé Miguel Selestino da Silva, e a Escola Estadual Mata da Cafurna, os três anos de resistência na retomada da Fazenda Salgado, a organização da aldeia Mãe Jovina dos parentes Xukuru-Kariri do município de Taquarana, a libertação de nosso parente Carlinhos que foi injustamente preso em consequência do seu compromisso com a LUTA PELA TERRA.

Para definir as nossas prioridades foi realizado um trabalho em que a assembleia se dividiu em cinco grupos: anciãos, jovens, povo Xukuru-Kariri de Taquarana, adultos e aliados. Após as discussões foram assumidas consensualmente as seguintes prioridades:

- Dar continuidade ao Levantamento fundiário, homologação e desintrusão da terra do Território Tradicional Indígena Xukuru-Kariri;
- Continuar nos reunindo e nos organizando com as lideranças de todas as comunidades de Xukuru-Kariri, em torno da luta pela Saúde, Educação, Demarcação da Terra, etc, fortalecendo a nossa união;
- Intensificar a produção de alimento saudáveis, livres de agrotóxicos;
- Orientar a juventude a valorizar mais a espiritualidade do povo;
- Fortalecer a aliança com os demais povos e população tradicionais;

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 182/ 2014

Brasília, 10 de outubro de 2014.

· Fortalecer a nossa aliança com nossos amigos e aliados.

Durante esses dias contamos com a presença de parentes dos Povos Jeripankó e Wassu Kokal - AL, Xukuru de ororubá e Kambiá - PE, bem como, apoiadores de nossa causa como os professores universitários da UFAL, CESMAC, FACESTA e representantes dos aliados: Conselho Indigenista Missionário - CIMI, Comissão de Professores Indígenas de Pernambuco - COPIPE, Rede de Educação Cidadã - RECID, Movimento das Comunidades Populares - MCP, União da Juventude Popular - UJP, Jornal Voz das Comunidades - JVC, Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA, Movimento Sem Terra - MST, Cáritas Diocesana de Palmeira dos Índios, Articulação do Semi-Árido - ASA, Associação de Agricultores Alternativos - AGRAA, Comissão Pastoral da Terra - CPT, Coletivo Macambira, Pastoral da Juventude do Meio Popular - PJMP e Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadores do Campo - MTC.

No último dia, participamos de uma celebração em memória dos lutadores e lutadoras do nosso povo quando reverenciamos as pessoas do Cacique Alfredo Selestino, Pajé Miguel Selestino, Cacique Luzanel Ricardo, Quitéria Selestino, Maninha Xukuru-Kariri, Gecivaldo Xukuru-Kariri, dentre outros. Também foi lembrado Monsenhor Alfredo Damâso, padre que desempenhou um papel importante para o reconhecimento dos Povos Indígenas de Alagoas e Pernambuco.

Foi nesse clima de celebração da memória e da esperança num futuro melhor que concluímos a nossa VI Assembleia, reafirmando o nosso compromisso com a luta de nosso povo e de todos os povos indígenas do país, tendo como objetivo maior a construção de um projeto de Bem Viver para toda a humanidade.

Palmeira dos Índios, AL. 11 de outubro de 2014.

Povo Xukuru-Kariri



Lote está fora de reserva indígena, diz Petrobras

SÍTIO A FOLHA DE SÃO PAULO, 13.10.2014

RUBENS VALENTE
DE NO VALE DO JAVARI

A ANP (Agência Nacional de Petróleo) afirmou ter recebido "recomendação" da Funai para "adequar" o bloco arrematado pela Petrobras na Bacia do Acre, "de modo que ele se distanciasse da região do Vale do Javari".

A ANP também afirmou ter "excluído todas as áreas com restrições ambientais antes de selecionar os blocos" que foram a leilão para exploração de gás e petróleo, dentre os quais, a Bacia do Acre.

"As áreas selecionadas tiveram o aval dos órgãos estaduais de meio ambiente dos Estados do Acre e do Amazonas", afirmou a ANP.

A Petrobras informou que "dará início ao processo de licenciamento ambiental" antes do início das atividades de exploração.

"Caso seja constatada a interface da atividade com terras indígenas, durante o licenciamento ambiental, será feita consulta aos órgãos competentes sobre a necessidade de informações ou estudos específicos", informou a companhia, ressaltando que o bloco "não se superpõe à região do Vale do Javari".

No processo aberto pela ANP, o coordenador-geral de Índios Isolados e Recém Contatados da Funai, Carlos Lisboa Travassos, afirmou que "uma das regiões em que foi registrada a presença de índios isolados no exterior dos limites físicos da Terra Indígena Vale do Javari foi na porção sul da referida terra indígena, justo ponto assinalado pelo processo" na ANP.

"Não recomendamos que qualquer atividade de exploração de petróleo ocorra nos limites sul da Terra Indígena Vale do Javari, em distância menor de 25 quilômetros, com exceção da área da cidade de Ipixuna e adjacências", disse a Funai.

CompartilheCompartilhe no Twitter



Boletim de Notícias - Edição nº 182/ 2014

Brasília, 10 de outubro de 2014.

Mutirão de documentação vai beneficiar agricultoras familiares, ribeirinhas e indígenas de Careiro (AM)

SÍTIO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 13.10.2014

Trabalhadoras rurais de Careiro, no Amazonas, poderão colocar em dia a documentação civil e trabalhista gratuitamente. Nos dias 14, 15 e 16 deste mês, três comunidades do município amazonense (São Pedro, Santo Antônio e São José de Lary) recebem mutirões de documentação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Durante a ação, serão emitidas 1ª e 2ª vias de Registros de Nascimento, Certidões de Casamento, Carteiras de Identidade (RG) e Trabalho (CPTS), CPF e declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP).

De acordo com a coordenadora do Programa Nacional da Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR) no Amazonas pelo Incra, Valda Melo, o objetivo do mutirão é reforçar a importância do exercício da cidadania e garantir a inclusão de trabalhadores rurais, ribeirinhas e indígenas. “Com a documentação em dia, as mulheres podem acessar políticas públicas e programas de apoio às suas atividades produtivas”, explica.

Em 10 anos, o MDA realizou 1,5 mil mutirões na região Norte, beneficiando 276 mil mulheres, sendo 20 mil só no Amazonas. A expectativa é que as ações atendem a mais de 600 mulheres nas três comunidades do município.

Os atendimentos ocorrem de 8h às 17h.

Serviço

Mutirão de documentação em Careiro (AM)

Dia 14/10 - Mutirão na Comunidade São Pedro

Dia 15/10 - Mutirão na Comunidade Santo Antônio

Dia 16/10 - Mutirão na Comunidade São José de Lary

Ranyelle Andrade
Ascom/MDA



Funai inicia mapeamento brasileiro de indígenas encarcerados em RR
SÍTIO FOLHA DE BOA VISTA WEB, 13.10.2014

Visita de equipe a Roraima constatou que número de índios presos é bem maior do que consta na estatística oficial, por isso será feito levantamento

RIBAMAR ROCHA

A Funai (Fundação Nacional do Índio) decidiu identificar, com precisão, a quantidade de índios encarcerados no País. E o mapeamento vai começar a ser feito por Roraima, Estado com a maior proporção de índios: 11% da população, ou 49 mil pessoas. Pelos dados estaduais, só 3% da população carcerária é indígena. A coordenação da Funai em Roraima não soube informar quantos indígenas estão presos.

A preocupação de mapear a real situação carcerária indígena do País se deu após verificar aumento no registro de indígenas presos no Brasil. Segundo o coordenador da Funai em Roraima, Ríley Barbosa Mendes, representantes da Presidência da Funai, em Brasília, acham que os números podem ser maiores porque estados com considerável população indígena não possuem nenhum caso de prisão registrada.

"Uma equipe da presidência da Funai esteve em Roraima para uma visita preliminar a um dos presídios e constatou que a quantidade de índios presos era maior do que o indicado nas estatísticas oficiais. Por isso escolheram o Estado para começar o mapeamento", frisou.

Segundo o coordenador regional, outra equipe de representantes da auditoria e da Procuradoria da Presidência da Funai está sendo aguardada para este domingo, dia 12. "A equipe fará visitas à Cadeia Pública e à Penitenciária Agrícola de Monte Cristo. Vamos dar o apoio necessário para que executem o trabalho da melhor forma possível", frisou.

Uma das medidas que será adotada a partir dessa visita, com vistas a combater o sub-registro de casos futuros, foi a solicitação para que o Ministério da Justiça inclua novos campos no sistema de dados sobre presos que permitam identificar os índios com mais detalhes, como etnia e língua.

A população indígena do País é de 896,9 mil, de acordo com o Censo de 2010 do IBGE. Desses, 517,4 mil residiam em terras indígenas à época do levantamento. Em 2005, o Ministério da Justiça contabilizou 279 índios presos no País. O número chegou a 847 em 2012, dado mais recente disponível.

A prisão de índios contraria o senso comum de que indígenas são inimputáveis. Antes da Constituição de 1988, os indígenas isolados eram vistos dessa forma. Os índios podem ser alvos de inquérito tanto da Polícia Civil como da Polícia Federal, a depender da acusação.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 182/ 2014

Brasília, 10 de outubro de 2014.

A preocupação em identificar os índios presos se dá porque eles têm direitos diferenciados – como cumprir uma eventual pena na unidade da Funai mais próxima do local onde vivem.

Sejuc informa a existência de 97 indígenas presos no Estado

A assessoria de imprensa da Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania (Sejuc) informou que existem 97 indígenas encarcerados no Sistema Prisional do Estado. A maioria, 79, está na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, dos quais 63 são da etnia Macuxi; 15, Wapixana; e 1 Ingariko. Na Casa do Albergado são cinco indígenas, sendo 4 Wapixana e um Macuxi.

Na Cadeia Pública de Boa vista estão encarcerados 4 Macuxi, um de tribo não declarada do Maranhão e um da tribo Guajajara, também do Maranhão. Na Cadeia Feminina são 7 indígenas em cumprimento de pena, sendo 5 Macuxi, uma Wapixana e uma do Taiano.

Ainda segundo a assessoria, dentre os crimes cometidos pelos indígenas estão homicídio e/ou tentativa, tráfico de drogas, furto, roubo e estupro. Não há uma ala específica destinada a esses detentos, que são tratados da mesma forma que os demais.

SEJUC - A Folha tentou contato telefônico com o secretário titular da Sejuc, mas seu telefone dava como desligado ou fora da área de cobertura. (R.R)



Pós-graduação deve acolher conhecimentos indígenas

SÍTIO AMAZÔNIA REAL, 13.10.2014

JOÃO PAULO BARRETO

É notável que a Política Afirmativa no Programa de Pós Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), a cada ano vem amadurecendo, e a implementação dessa política é uma tendência real de todas as universidades do Brasil.

No ano dia 31 março de 2010 foi aprovada a implementação da política afirmativa no Programa, conforme a Ata do Colegiado. Nesse ano, eu e mais três colegas indígenas ingressamos no programa sendo os primeiros beneficiados direto. No ano seguinte, não houve ingresso de indígenas no programa, pois nenhum candidato tinha alcançado a média exigida na seleção. Diante do fato, o Colegiado Indígena, recém-criado, apresentou uma proposta de seleção diferenciada. Essa foi acatada e implementada no ano 2012. Com isso tivemos ingresso de cinco indígenas conforme as vagas disponíveis.

Passado esses anos, nós indígenas, enquanto beneficiários dessa política, temos nossas experiências acumuladas para partilhar com Professores, Coordenação, Conselho do PPGAS, Reitorias e Universidades, debater sobre os prós e contras, avanços, desafios e resultados.

Depois da minha defesa de dissertação, eu tenho participado de seminários, fóruns, e mesa de discussão sobre 'cotas' em nível nacional e internacional. Tenho participado também nas exposições sobre o resultado da minha pesquisa nas universidades do Brasil e do exterior. Nas oportunidades tenho dedicado a expor minha experiência de mestrado como beneficiário da política afirmativa do PPGAS e apresentado o resultado de minha pesquisa sobre conhecimento Tukano, de modo que o PPGAS tem sido visto como exemplo de um programa com uma diferença substancial em relação a política afirmativa.

Outros colegas também estão engajados, uns estão atuando como Antropólogos, nas instâncias do governo federal, estadual e municipal. Produzem laudos antropológicos e atuam como assessores nas instâncias de decisão. Outros assessoram com competência às organizações indígenas, prestando serviço de qualidade aos movimentos indígenas. Os ganhos para os povos indígenas são imensuráveis, também creio que deva ser também para própria Ufam.

Por outro lado, implementar a Política Afirmativa significa apostar na existência de diferença de fato entre os modelos de conhecimentos, longe da ótica de justiça social, na medida em que, o mestrado e doutorado são espaços de produção de conhecimentos. Digo isso porque, Eu, ao lançar mão da Antropologia para estudar meu conhecimento (Tukano), pude perceber que as concepções Tukano, operam com categorias e conceitos que aproximam e distanciam dos conceitos da ciência sobre a mesma realidade e o mestrado foi um bom lugar para "revelar" tal diferença.

CONT.



Esta decisão, para além da concessão da oportunidade de acesso dos indígenas ao ensino de pós-graduação, deve ser motivada, acima de tudo, pelo desejo e necessidade dos Programas de acolher em seu interior a contribuição, de fato, do conhecimento indígena. Este acolhimento significa, em última instância, uma pretensão de achatar a assimetria que tanto marca a oposição entre os chamados conhecimentos científicos e os conhecimentos tradicionais. Tal decisão, porém, exige certas mudanças, deslocamento e ajustes na estrutura e na forma de ação dos Programas, isto é, este não pode acolher os alunos indígenas esforçando-se apenas em adequá-los ao atual e característico *modus operandi*.

Dito de outra forma, é surpreendente o parecer da Procuradoria Jurídica da Ufam de acabar com a política de reservas de cota para alunos de pós-graduação, na medida em que a Política Afirmativa está sendo implementada há cinco anos no Programa. Acabou com a expectativa dos estudantes indígenas que estão dedicando na elaboração de projetos e nas leituras de textos para participar da seleção de forma diferenciada. Acabou com a expectativa dos povos indígenas. Por outro lado, essa tomada de decisão expôs a 'cara' da Ufam, isto é, a Universidade não tem a Política Afirmativa como Política Institucional, e é contraditório num Estado com maior diversidade indígena do país. Enfim, a sociedade está em função da Lei? Ou a Lei que está em função da sociedade?

João Paulo Barreto é indígena da etnia tukano, nascido na aldeia São Domingos em São Gabriel da Cachoeira (AM). É graduado em Filosofia e mestre em Antropologia pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam).



Boletim de Notícias - Edição nº 182/ 2014

Brasília, 10 de outubro de 2014.

Uma jornada pela Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena em Pernambuco
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 13.10.2014



Laudenice Oliveira – Centro Sabiá, na ASA Brasil

A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) declarou 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF). No Brasil, o ano foi declarado de Ano Internacional da Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena (AIAFCI), considerando a diversidade que se tem no campo brasileiro. Para celebrar o ano e colocar em evidência essa diversidade de culturas, o Núcleo de Agroecologia e Campesinato (NAC) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) em conjunto com movimentos sociais, fóruns, redes e articulações que atuam em Pernambuco, promovem entre os dias 15 e 16 de outubro a Jornada Povos de Pernambuco: Diversidade, Território, e Soberania Alimentar. O evento acontece no prédio do CEGOE – no Campus da UFRPE, em Dois Irmãos, no Recife.

A jornada vai reunir povos indígenas, pescadores/as, quilombolas, comunidades de terreiros, agricultores/as familiares, assentados/as e acampados/as de reforma agrária para mostrar a importância do trabalho e da cultura dos/as que vivem no meio rural brasileiro, em especial de Pernambuco. “Compreendemos que é uma grande oportunidade que temos para dar visibilidade a esses povos e os/as camponeses/as. Vai ser uma amostra da enorme diversidade de expressões culturais que compõem o povo pernambucano”, explica o professor e um dos coordenadores do evento, Marcos Figueiredo.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 182/ 2014

Brasília, 10 de outubro de 2014.

Para mostrar essa diversidade para estudantes, professores/as e a população recifense, serão armadas instalações pedagógicas, formando um cenário onde os Quilombolas do Sertão, os Xukuru do Agreste, os/as pescadores/as e assentados/as da Zona da Mata apresentem e dialoguem com os/as visitantes sobre a sua cultura, sua produção e a realidade do seu território. Serão momentos de compartilhamentos de conhecimentos e de construção de laços do rural com o urbano. Para contribuir com os diálogos e o momento, o representante nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), João Pedro Stédille também se fará presente.

A programação da jornada tem início com o lançamento do livro *A Dialética da Agroecologia*, do professor e pesquisador Luiz Carlos Pinheiro Machado, no auditório da Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural de Pernambuco (ADUFERPE), em Dois Irmãos, no Campus da UFRPE, no dia 15 de outubro, às 19 horas. No dia 16, as atividades iniciam à 08h no pátio externo do CEGOE, que fica no mesmo local. Até o meio dia, os/as participantes podem desfrutar das conversas e dos visuais diversos visitando as sete instalações pedagógicas. Na parte da tarde haverá uma mesa de conversa com Stédille e lideranças rurais. O evento é aberto ao público.



Oficinas para comunidades quilombolas do Imbé

SÍTIO PREFEITURA DE CAMPOS, 13.10.2014

A Superintendência de Igualdade Racial está oferecendo oficinas às comunidades quilombolas de Aleluia, Cambucá e Batatal, no polo avançado de Aleluia. As oficinas, que contam com aulas de capoeira, violão, balé, lambaeróbica e Rip Rop, acontecem de segunda a quinta-feira, das 15h às 16h30; e as sextas, no período da manhã. As oficinas acontecem em cinco escolas municipais na região do Imbé.

Segundo a assistente social e coordenadora de Cursos, Elienay Rodrigues, as oficinas são direcionadas para crianças até o 5º ano, mas os pais dos alunos e a comunidade que quiser, também podem participar. "As oficinas acontecem na parte da tarde, porque de manhã as crianças estudam".

- As sextas-feiras, além das oficinas, uma equipe multidisciplinar visita as cinco escolas municipais da região do Imbé, fazendo uma palestra sobre violência, educação e atualidades, e para as crianças da educação infantil, são oferecidas atividades lúdicas - disse Elienay.

As oficinas nas escolas acontecem em forma de rodízio, sendo cada sexta, em uma escola diferente. As escolas que recebem as equipes da Superintendência de Igualdade Racial são as Escolas Municipais Conceição do Imbé, Fazenda Aleluia, Antônio Francisco Salles, Salvador Bensi e Santa Rita.

Aquecimento local e o Velho Chico

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 13.10.2014



Seca a principal nascente do Rio São Francisco na Serra da Canastra. Foto: Flávio Tavares / Hoje em Dia / Agência O Globo

Eduardo Athayde*, APSFV

A nascente do Rio São Francisco, situada no Parque Nacional da Serra da Canastra, no município de São Roque de Minas, região centro-oeste do Estado de Minas Gerais, secou. Do outro lado do mundo, o Rio Amarelo, berço da civilização chinesa, após fluir ininterruptamente por milhares de anos, tem secado por completo em anos alternados, deixando de chegar ao mar. Em todo o mundo poços estão secando, cursos d'água estão se esgotando e rios e lagos desaparecendo. Mais da metade da população mundial vive em países em torno de rios e sobre lençóis freáticos que estão diminuindo. Para ser global o problema precisa antes ganhar escala local – é o que vem acontecendo com os recursos hídricos.

A bacia hidrográfica do Velho Chico, como é carinhosamente chamado o São Francisco, conhecido também como Rio da Integração Nacional, estende-se a 504 municípios em sete estados da federação. Bahia, com a maior parte (48,2%), Minas Gerais (36,8%), Pernambuco (10,9%), Alagoas (2,2%), Sergipe (1,2%), Goiás (0,5%) e Distrito Federal (0,2%). São 639.219 km de área de drenagem e vazão média de 2.850 m³/s. Essa bacia, tão importante pelo volume de água levado à região semiárida do país, também sofre com a mudança climática que – para ser global – é antes local.

Os efeitos das mudanças climáticas causam escassez hídrica e impactos econômicos. O

CONT.



aumento previsto de 2,5°C da temperatura do planeta pode representar um custo de 5% do Produto Interno Bruto, estima a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal). No último domingo (21/9), milhares de pessoas saíram pelas ruas das grandes capitais do mundo, como Nova York, Paris, Londres, Nova Délhi, Berlim, Bogotá, Melbourne, Vancouver e Rio de Janeiro, entre outras, para pedir avanços nas negociações da Convenção do Clima, da ONU. E o que tem a nascente seca do Velho Chico a ver com isto?

A escassez hídrica é prenúncio de quedas em cadeias produtivas. A regra prática entre ecologistas que acompanham a produção vegetal é que, para cada 1 grau de aumento da temperatura acima do ótimo para a estação de crescimento, os agricultores podem esperar uma quebra de 10% no rendimento dos grãos. Essa relação foi confirmada durante a onda de calor de 2010 na Rússia, que reduziu a safra de grãos do país em quase 40%.

“Preparem-se, tanto agricultores como chanceleres, para uma nova era em que a escassez mundial de alimentos vai moldar cada vez mais a política global”, alerta Lester Brown, fundador do WWI-Worldwatch Institute. “A civilização pode sobreviver à perda de suas reservas de petróleo, mas não pode sobreviver à perda de suas reservas de solo”. “À medida que a água se torna mais escassa em pontos do planeta, que a temperatura da Terra sobe e a segurança alimentar mundial se deteriora, está surgindo uma geopolítica perigosa de escassez de alimentos”, conclui Brown.

O Rio São Francisco, que estende-se por 2.830 km, de Minas até a divisa entre os estados de Alagoas e Sergipe, com 168 afluentes, cortando a Bahia por 1.371 km, é a única alternativa de água para milhares de pessoas que vivem no semiárido nordestino. Na avaliação do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco (CBHSF), se não chover até o fim de outubro, um trecho de 40 quilômetros do rio, entre a Usina Hidrelétrica de Três Marias e o primeiro afluente, o Rio Abaeté, também poderá secar.

O volume de água potável disponível globalmente para atender as necessidades humanas e dos ecossistemas corresponde a 0,0002% do volume total dos recursos hídricos do planeta. Em torno de 97,5% das águas do planeta, a massa líquida dos oceanos, mares e lagos salgados, são impróprias para consumo humano direto. Apenas os 2,5% restantes compreendem as águas doces. Desse total, 68,9% é água das geleiras, neves eternas e sob a forma de gelo nas calotas polares. 29,9% é água doce alojada no subsolo e 0,9% de águas salobras dos pântanos e em solos congelados. A água que deixa de correr na nascente do Velho Chico, parte do 0,0002% do total, já está faltando para a sua população, especialmente para a mais carente.

* Eduardo Athayde é diretor do WWI-Worldwatch Institute no Brasil



Religião e Povos Indígenas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 13.10.2014

Historicamente usada pelos colonizadores para dominar e escravizar os povos indígenas, até os dias atuais algumas igrejas e religiões continuam sendo usadas como instrumento ideológico de opressão e manipulação dos povos nativos

Associação União das Aldeias Apinajé-PEMPXÀ

Em 1818, foi fundado o povoado de Boa Vista do Tocantins, hoje, Tocantinópolis em Território Apinajé. No ano de 1840, inicia-se um longo e influente contato dos representantes da Igreja Católica, com os Apinaé, na época instala-se no povoado Frei Francisco de Monte Santo Vitor, missionário italiano da Ordem dos Capuchinhos, designado por Dom Pedro II responsável pela catequese dos Apinajé. Quase um século depois, em 1936, alguns Apinajé fizeram parte da "força armada" arregimentada e "usada" pelo Padre João Lima, com a finalidade de se apoderar da Prefeitura de Boa Vista.

Nos anos 60, vieram os primeiros Missionários da SIL-Summer Institute of Linguistics para atuar junto ao povo Apinajé. Nesse período a missionária Norte-Americana, Patrícia Ham, chegou à aldeia São José, onde permaneceu até o ano de 1995 prestando voluntariamente serviços humanitários de atenção à Saúde, Educação, além de ministrar Cursos Bíblicos e fazer a tradução da Bíblia Sagrada para a língua Apinajé. Logo depois, vieram os missionários(as) da MNTB-Missão Novas Tribos do Brasil que continuam atuando até hoje nas aldeias São José e Mariazinha.

Na década de 70, em plena ditadura militar, Dom Tomás Balduino, o Padre Egydio, Schwade, e outros religiosos fundaram o Conselho Indigenista Missionário – CIMI, entidade vinculada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB, com a missão de operar em defesa da causa indígena. A partir dos anos 80 os missionários do CIMI passaram a atuar de forma permanente na formação política, assessoria jurídica, garantia da terra e apoio à cultura Apinajé. Atualmente essa Pastoral Católica continua atuando, e apoiando as lutas e a causa dos Povos Indígenas.

Com a proposta de pregar a palavra de Deus, "evangelizar e salvar" os índios, a partir de 1997 intensificou-se o movimento de Pastores e Missionários (as) da Igreja Assembleia de Deus de Araguatins, nas aldeias Cocalinho, Buriti Cumprido e Palmeiras. Essas visitas foram interrompidas em 2007, depois do conflito com não-índios que levou a desativação dessas aldeias. Entretanto desde 2013, Pastores da Igreja Batista de Tocantinópolis, passaram a adentrar e visitar semanalmente todos os sábados, as aldeias; Cocal Grande, Aldeinha e Areia Branca, com o mesmo objetivo.

CONCLUSÃO

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 182/ 2014

Brasília, 10 de outubro de 2014.

Não temos nada contra as Igrejas, as religiões e/ou crenças. O que questionamos são os métodos usados para impor às comunidades a prática de cultos estranhos e diferentes, como se o povo Apinajé não tivesse sua própria religião. Recomendamos que, ao entrar nas aldeias, especialmente os missionários (as) das igrejas evangélicas, devem atentar-se para a cultura, as crenças, a fé e as tradições da população local. E suas atuações precisam ser reguladas por um diálogo intercultural, ecumênico e respeitoso.

Se a proposta é “resgatar e salvar” os indígenas, o mais correto seria começar logo resgatar e salvar as Vida das pessoas que são reféns e vítimas do alcoolismo e de outras sequelas sociais. Por que não apoiar também as lutas da comunidade pela melhoria da Saúde, Educação, pela garantia da terra e da qualidade de Vida?

Compreendemos que, defender a Vida das minorias étnicas historicamente oprimidas e massacradas, significa adotar se uma postura verdadeiramente humana, solidária e fundamentada em valores, e princípios cristãos. Nesse sentido, apoiar as lutas individuais e coletivas dos empobrecidos e excluídos pelo Sagrado Direito de Viver, constitui uma atitude racionalmente correta, socialmente necessária e humanamente justa. Esse é um gesto de dignidade que deve ser seguido por todos os povos, etnias, culturas, religiões e/ou igrejas.

Terra Indígena Apinajé, 13 de outubro de 2014

Associação União das Aldeias Apinajé-PEMPXÀ



Boletim de Notícias - Edição nº 182/ 2014

Brasília, 10 de outubro de 2014.

Em audiência pública, Sociedade Civil disse NÃO! ao mega-empreendimento imobiliário em Zacarias e na restinga de Maricá
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 13.10.2014

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=NpgXsZaPEeQ

Restinga de Maricá

A sociedade civil disse NÃO! ao mega-empreendimento imobiliário em Zacarias e na restinga de Maricá, durante a audiência pública organizada pela Secretaria Estadual do Ambiente, no dia 8 de outubro de 2014. A Comunidade Pesqueira e o ambiente de alta biodiversidade e áreas de pesquisa de longa data ameaçados!

-



Grupo de índios deve desembarcar em Brasília para pressionar STF contra marco temporal de 1988

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 13.10.2014

Cerca de 40 lideranças indígenas do Mato Grosso do Sul devem desembarcar em Brasília essa semana para pressionar os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e autoridades federais. O grupo pedirá que o STF suspenda reintegrações de posse e autorize os índios a continuarem em áreas invadidas no estado. Os índios querem ainda a revisão das decisões recentes que anularam demarcações de terras indígenas com base no julgamento da Raposa Serra do Sol.

Não se sabe quem organiza e financia a viagem dos índios. O grupo pretende exigir do Governo a retomada das demarcação e a regularização das terras indígenas suspensas pelo Governo. Os índios pretendem dizer aos ministros do STF que pretendem morrer se o Governo não tomar a terra dos agricultores para acomodá-los.

O grupo também fará pressão contra as 19 condicionantes para as demarcações estabelecidas pelo STF durante o julgamento da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. De acordo com a carta de intenções dos indígenas, ao usar o marco temporal de 1988 para caracterizar a ocupação indígena, "o próprio STF determina a dizimação e extermínio dos povos indígenas Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul".

Essas manifestações dos indigenistas no judiciário costuma ter um efeito devastador na cabeça dos ministros. Ninguém gosta de ser colocado como algoz, nem de encarar suas "vítimas". Os indigenistas usam esses estereótipos para fazer a cabeça da justiça.

Os indigenistas estão movendo os índios na defesa dos seus interesses. E os agricultores, o que fazem?

Prédio do Supremo Tribunal Federal. Foto: Gil Ferreira/SCO/STF



Boletim de Notícias - Edição nº 182/ 2014

Brasília, 10 de outubro de 2014.

UFRPE – Povos de Pernambuco Celebram o Ano Internacional da Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena

SÍTIO ANDIFES, 13.10.2014

Evento acontece no Campus da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

Nos dias 15 e 16 de outubro, a Universidade Federal Rural de Pernambuco recebe a Jornada do Ano Internacional da Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena, com o encontro Povos de Pernambuco: Diversidade, Território e Soberania Alimentar. Para conhecer os diferentes modos de plantar, colher e comer de distintas expressões da agricultura familiar e camponesa no estado, serão realizadas apresentações na forma de instalações pedagógicas em que os agricultores e as agricultoras vão expor, explicar e dialogar com os visitantes sobre suas práticas e conhecimentos a respeito do cultivo de alimentos. O evento é promovido pelo Núcleo de Agroecologia e Campesinato (NAC) em conjunto com movimentos sociais e sindicais, redes, fóruns, articulações estaduais e a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia).

As instalações funcionarão simultaneamente, na manhã do dia 16, abordando as temáticas sob a perspectiva de cada grupo social. Estarão presentes comunidades quilombolas, povos indígenas, pescadores artesanais, acampados e assentados da Reforma Agrária.

No dia 15, acontecerá o lançamento do livro *Dialética da Agroecologia* e noite de autógrafos com a presença do autor Luiz Carlos Pinheiro Machado, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Articulação nacional – Com esse encontro, Pernambuco entra na agenda nacional de articulações para conscientização da sociedade sobre a importância da agricultura familiar para a produção de alimentos. A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) estabeleceu 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar. A decisão foi fruto da pressão de movimentos sociais do campo, com apoio de vários governos, para a convergência de ações voltadas para atender as necessidades da agricultura familiar, camponesa e indígena, que soma 3 bilhões de pessoas no mundo, o que contabiliza mais de um terço da humanidade, e produz cerca de 70% dos alimentos. No Brasil, o ano celebra, além da Agricultura Familiar, a Camponesa e Indígena.

Confira a programação:

15 de outubro

- 18h30 – Lançamento do livro *Dialética da Agroecologia* – Contribuição para um mundo com alimentos sem veneno, de autoria de Luiz Carlos Pinheiro Machado e Luiz Carlos Pinheiro Machado Filho; da Editora Expressão Popular, 2014.

Local: auditório da Aduferpe – Campus da UFRPE – Rua Dom Manoel de Medeiros S/N – Dois Irmãos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 182/ 2014

Brasília, 10 de outubro de 2014.

16 de outubro

- 8h – Abertura – Mística dos Povos (Jardim do Cegoe)
- 9h às 11h – Troca de saberes com os povos de Pernambuco (Cegoe)
 - o Povo Indígena Xukuru
 - o Comunidade Quilombola
 - o Assentados/as da reforma Agrária
 - o Acampados/as da Reforma Agrária
 - o Pescadores/as artesanais
 - o Mulheres Camponesas Agroecológicas
- 13h30 às 17h30 – Plenária de socialização (Cegoe)
- Mesa de diálogo – João Pedro Stédille – MST
- Mística de encerramento e confraternização.

Local: Cegoe – Campus da UFRPE

Rua Dom Manoel de Medeiros S/N – Dois Irmãos.

Débora Britto – Núcleo de Comunicação UFRPE